

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA**

**CAMPO GRANDE
2017**

- Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE N° 220, de 23 de agosto de 2017.
- Homologado pela Resolução CEPE/UEMS N° 1.910, de 14 de novembro de 2017

SUMÁRIO

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	4
1.1. Proponente.....	4
1.2. Local de realização.....	4
1.3. Período de realização.....	4
1.4. Instituições Parcerias.....	4
1.5. Público alvo.....	4
1.6. Carga Horária, Créditos e Integralização.....	4
1.6.1. Total de Carga Horária.....	4
1.6.2. Unidade de Créditos.....	5
1.7. Número de vagas.....	5
1.8. Área de Conhecimento: Grande Área: Área Específica.....	5
1.9. Certificação.....	5
II - ASPECTOS HISTÓRICOS.....	5
2.1. Histórico da UEMS e da Unidade Universitária de Campo Grande e a Concepção do curso de Geografia.....	5
2.1.1. Histórico da UEMS.....	5
2.1.2. Histórico da Unidade Universitária de Campo Grande.....	6
2.2. Concepção do curso de Geografia.....	6
III - DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO.....	7
3.1. Contextualização e Justificativa.....	7
3.2. Objetivos do curso.....	9
3.3. Perfil Profissional.....	9
3.4. Aspectos Metodológicos.....	9
IV- DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS.....	10
4.1. Sistema de Avaliação.....	10
4.2. Trabalho de Conclusão de Curso.....	11
4.3. Outros Procedimentos Acadêmicos.....	11
V- DA GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA E ATRIBUIÇÕES.....	11
5.1. Coordenador e Colegiado do curso.....	11
5.2. Corpo Docente.....	11
VI- ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, ACERVO BIOGRÁFICO..	12
6.1. Salas de Aula.....	12
6.2. Equipamentos.....	12
6.3. Biblioteca.....	12
6.4 Laboratórios.....	12
6.5. Grupo de Estudos em Fronteira, Território e Turismo (GEFRONTTER).....	12
VII - MATRIZ CURRICULAR.....	13
VIII - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS.....	14
8.1. Aspectos Geoambientais e socioeconômicos da América Platina e Chile.....	14
8.2. Elaboração de Diagnóstico Social e Econômico – <i>Baseline</i>	14
8.3. Elaboração de Diagnóstico Ambiental e Institucional – <i>Baseline</i>	15
8.4. Direito Aduaneiro e as Relações Territoriais Internacionais.....	16
8.5. Fundamentos de Sistemas de Transporte Inteligentes – ITS.....	17
8.6. Tecnologias aplicadas ao Transporte.....	18
8.7. Conceitualização de Observatório de Dados, Integração e Interoperabilidade.....	19
8.8. Trabalho de Campo Integrado: Dinâmica Territorial.....	19
8.9. Projeto da Rota Bioceânica I.....	20
8.10. Projeto da Rota Bioceânica II.....	20
8.11. Seminário Integrador.....	21
ANEXOS.....	22
ANEXO I – CORPO DOCENTE.....	22
ANEXO II - PLANO DE APLICAÇÃO.....	23

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de elaboração da proposta do Projeto Pedagógico e do Regulamento do curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, foi instituída pela Portaria UEMS-PROPP nº 17, de 09 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial n. 9.428, de 12 de junho de 2017, p. 17, e tem como membros:

Prof. Dr. Orlando Moreira Junior (Presidente)

Prof. Dr. Airton Aredes

Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão

Profa. Dra. Ana Paula Camilo Fonseca

Prof. Dr. Walter Guedes da Silva

PROPOSTA - PROJETO PEDAGÓGICO LATO SENSU

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em **Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana**

1.1. Proponente

Unidade Universitária de Campo Grande - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

1.2. Local de realização

As aulas serão ministradas na Unidade Universitária de Campo Grande, situada na Avenida Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155, em frente ao Conjunto José Abraão, Campo Grande – estado de Mato Grosso do Sul, CEP: 79115-898.

1.3. Período de realização

O curso, de caráter temporário, terá duração mínima de 6 (seis) e máxima de 18 (dezoito) meses. O tempo destinado para oferecimento das disciplinas e trabalho de conclusão de curso, será previsto em calendário acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão CEPE.

1.4. Instituições Parcerias

O curso terá parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), que é parceira na Rede Universitária Bioceânica coordenada pela UEMS. O Extrato do Acordo de Mutua n. 878/2017, de 17 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 9.335, de 24 de janeiro de 2017. (Processo: 29/500075/2017). Também será parceira a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

1.5. Público alvo

O público-alvo desta especialização, são profissionais que trabalham no poder público e em setor privado na área de interesse do curso. Priorizando uma proposta interdisciplinar, o curso volta-se para graduados – bacharelado e tecnológico – que tem interesse em ações de planejamento e gestão territorial; geopolítica; integração, relações aduaneiras; circulação, redes e transportes.

Como a UEMS é a coordenadora da Rede Universitária da Rota Bioceânica, o curso possui uma demanda específica com intuito, de um lado, em atender os interesses dos setores público e privado e, de outro, construir um espaço de reflexão sobre gestão territorial e as potencialidades despertadas pela rota no estado.

Com a abordagem interdisciplinar, espera-se mobilizar conhecimentos de diferentes disciplinas para o equacionamento de questões relacionadas às perspectivas de integração territorial na América do Sul, especialmente as iniciativas que incluem o estado de Mato Grosso do Sul e as possibilidades de desenvolvimento territorial.

1.6. Carga Horária, Créditos e Integralização

1.6.1. Total da Carga Horária

O curso terá a carga horária total de 360 (trezentas e sessenta) horas referentes as disciplinas e 136 (cento e trinta e seis) horas, dedicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso.

1.6.2. Unidade de Créditos

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, correspondendo cada unidade de crédito a 15 horas. Os créditos relativos a cada Unidade de Estudo só serão conferidos ao aluno que obtiver frequência mínima de 75% e, no mínimo, conceito “C”, conforme a tabela de equivalência entre nota e conceito contido no item 3.5. Sistema de Avaliação.

1.7. Número de vagas

O número de vagas ofertado será de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 40 (quarenta) alunos matriculados.

1.8. Área de Conhecimento: Grande Área: Área Específica (CNPq)

Geografia Regional

1.9. Certificação

Especialista em Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana.

II - ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1. Histórico da UEMS e da Unidade Universitária de Campo Grande e a concepção do curso de Geografia

2.1.1. Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente, no ano de 2012, a UEMS obteve novo credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de Universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado.

Com essa finalidade, a UEMS foi implantada, além da sede em Dourados, em outros 14 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do “fazer universitário”. Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Resolução CEPE/UEMS N.º 040, de 24/05/1996, estabeleceu a extinção da Unidade de Ensino de Três Lagoas a partir do mês de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter a demanda atendida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local. Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS N.º 184, de 10/10/2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande.

Desde o início da sua trajetória, a proposta da UEMS visa o atendimento das necessidades da Sociedade Sul-Mato-Grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo por meio do fortalecimento da formação de professores.

A UEMS tem a missão de “gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia” (PDI, 2014-2018, p.7).

A universidade conta, hoje, com 66 cursos de graduação, 20 cursos de especialização, 14 Mestrados e dois Doutorados. Além disso, a UEMS é a Instituição de Ensino Superior mais presente em Mato Grosso do Sul com unidades em 15 cidades e polos de Educação a Distância em 5 municípios, com previsão de serem implantados em mais 4.

2.1.2. Histórico da Unidade Universitária de Campo Grande

A Unidade Universitária de Campo Grande foi instituída a partir do oferecimento do Curso Normal Superior, em 2000, fruto de uma parceria entre a UEMS e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. As atividades na Unidade de Campo Grande foram iniciadas com a oferta do Curso Normal Superior que se constituiu em um Projeto com período previsto de funcionamento e conclusão (2000 a 2010). Após o seu término foi implantado em 2008 o Curso de Pedagogia, Licenciatura, em substituição ao mesmo. Desde o início da sua trajetória, a UEMS visava atender as necessidades da sociedade Sul-Mato-Grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

No primeiro semestre de 2010 foram implantados os Cursos de Artes Cênicas e Dança; Geografia, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Português/Inglês, Bacharelado em Letras e o Curso de Turismo e, em 2011, o Primeiro Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado em Letras, da Unidade. Em 2012, a Unidade conseguiu junto à Capes, a aprovação e implantação de dois programas de mestrado, o Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC). No início de 2015, a instituição implantou os cursos de Bacharelado em Geografia e Medicina. No segundo semestre, no dia 03 de agosto, a UEMS inaugurou, após 14 (quatorze) anos, sua sede própria na capital do estado.

2.2. Concepção do curso de Geografia

Em 2010, foi implantado o curso de Geografia, Licenciatura, na Unidade Universitária de Campo Grande para ampliar a oferta de cursos de licenciatura da Unidade, fortalecendo o perfil em Ciências Humanas, o que possibilitou significativamente a associação entre os pesquisadores da UEMS e a sua pretendida verticalização. Ressalta-se, também, que o Curso de Geografia – Licenciatura -, ofertado pela UEMS na Unidade Universitária de Campo Grande é o único Curso de Licenciatura em Geografia de Campo Grande. Em 2015, passou a ser ofertado o Curso de Geografia – Bacharelado.

Os princípios que norteiam os cursos licenciatura e bacharelado em Geografia se inspiram na busca pela compreensão da natureza do processo educacional, no que se referem aos seus aspectos éticos, políticos e sociais, salvaguardando, dessa forma, uma tessitura socioeducacional pautada nos princípios da diversidade das relações étnico-raciais e de gênero, bem como aos princípios do direito elementar do ser humano e ao ambiente em consonância aos preceitos da sustentabilidade.

O Curso de Geografia – Bacharelado, está direcionado para a formação de profissionais para trabalharem no setor público ou privado, bem como no terceiro setor, e em levantamentos, diagnósticos, planejamentos, entre outras atividades previstas na Lei nº 6.664/79 e no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

Já o curso de Geografia - Licenciatura, volta-se para formação de professor da área para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, para exercício profissional com competência técnica e política.

Portanto, fica claro uma preocupação da UEMS, de modo geral, e dos cursos de Geografia, em particular, em impulsionar o conhecimento científico realizando pesquisas que contribuem para promover o desenvolvimento territorial do estado de Mato Grosso do Sul.

III - DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO

3.1. Contextualização e Justificativa

Na atualidade, cada vez mais, é importante pensar o planejamento e a gestão territorial como instrumentos para o desenvolvimento econômico e social. As políticas territoriais, como quaisquer outras, pressupõem um bom diagnóstico de situação e uma clara definição dos fins e objetivos que se pretende atingir com mudanças nos paradigmas político e econômico. No Brasil, a atribuição de poder de decisão e responsabilidades aos municípios ou instituições regionais representa uma forma de repensar a lógica de desenvolvimento territorial, uma vez que viabiliza possibilidades de se pensar as vantagens e especificidades de cada localidade, constituindo um cenário favorável ao desenvolvimento endógeno.

Novas possibilidades para promover o desenvolvimento territorial diante de uma série de dinâmicas regionais emergem ante o atual cenário e priorizam a sinergia, a conectividade e a cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil como um todo.

Neste contexto, por exemplo, em 21 de dezembro de 2015, os Presidentes do Brasil, Argentina, Chile e Paraguai aprovaram a Declaração de Assunção, por meio da qual foi criado Grupo de Trabalho para realizar estudos técnicos e empreender ações que viabilizem o Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho – Portos do Norte do Chile.

Pela localização estratégica de Mato Grosso do Sul, surge uma possibilidade real de promover tanto o crescimento econômico, quanto o desenvolvimento social no estado. Dar enfoque ao desenvolvimento territorial no estado é importante para pensar os diversos setores da economia que poderiam se favorecer diante da concretização de um novo corredor bioceânico. Esta perspectiva propicia, portanto, uma leitura territorial sobre espaços socialmente organizados, nos quais criam-se condições para geração de sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas e a comunidade, no que confere ao fortalecimento de setores específicos (como o de transporte, por exemplo), emergência de novos empreendedores, geração de emprego e renda, entre outros.

Este cenário de integração territorial internacional tem configurado possibilidades de inovações nas práticas de gestão e planejamento territorial. O motor principal da inovação advém de ideias e pensamentos que são construídos e partilhados, historicamente, transformando-se em algo novo. Inovação como sinônimo de uma mudança qualitativa, em esferas diversas, que tem desdobramentos na organização territorial.

Nesta direção, é preciso conhecer o território, estabelecer a gestão dos inúmeros aspectos do território, ou seja, capturar uma série de dados e informações territoriais adequadas às estruturas e as demandas exigidas na implementação de projetos territoriais. Cabe, portanto, a necessidade de

soluções para problemáticas diversas e construção de produtos aplicados a inventário, cadastro, mapeamento, gestão, ordenamento e Inteligência territorial para as mais diversas aplicações.

Entre os dias 28 e 29 de julho de 2016 foi realizado o Seminário Corredor Bioceânico Rodoviário, com objetivo de divulgar a conexão rodoviária entre Mato Grosso do Sul e o Pacífico. O debate envolveu a interação entre a esfera pública, os setores empresariais e os centros acadêmicos dos quatro países. A interação entre eles tem o intuito de construir uma agenda comum na busca de soluções na implementação de projetos de integração em prol do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Com relação ao caso específico do Corredor Bioceânico, a preocupação recai sobre o sistema de transporte rodoviário e toda necessidade de infraestrutura para dar suporte ao serviço.

O estabelecimento de parcerias entre setores público e privado está sendo privilegiado no debate, sendo que a UEMS é a instituição que representa as universidades na integração de países da Rota Bioceânica. Junto à UEMS, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) passa a ser parceira na rede universitária Bioceânica, contribuindo, especialmente, na área de logística e nos projetos de otimização da rota bioceânica, através da informatização de conhecimento sobre relações aduaneiras.

O papel da Rede Universitária da Rota Bioceânica é fundamental para refletir sobre a concepção do projeto, pesquisar a viabilidade e os impactos econômicos, bem como pensar as perspectivas de desenvolvimento territorial para o estado e os países envolvidos. De tal modo, este projeto de curso caminha na perspectiva de fortalecer as parcerias com as instituições envolvidas.

Diante deste quadro, questões diversas emergem como desafios à implementação contemporânea de projetos de integração territorial sul-americana. A repercussão das iniciativas entre os países envolvidos, as estratégias de coesão territorial, a integração como possibilidade de desenvolvimento territorial de regiões periféricas, as relações aduaneiras, entre outros, são temas que precisam ser debatidos no âmbito acadêmico para melhor compreensão teórica e enfrentamento dos desafios práticos que envolvem os projetos de integração.

Portanto, a Geopolítica e as questões fronteiriças despontam e nessa direção a UEMS tem fortalecido pesquisas sobre o tema. Destaca-se o Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo, Território e Região (GEFRONTTER), composto por pesquisadores dos cursos de Geografia e Turismo e que tem desempenhado esforços em compreender a dinâmica fronteiriça no estado. O grupo tem estabelecido parceria com grupo de pesquisa Cadef (UFMS) e com o Exército, a qual resultou na doação de um prédio do Comando Militar do Oeste (CMO), em Campo Grande, onde está instalado o Centro de Estudo de Fronteira General Padilha. Neste local, vislumbra-se fortalecer os estudos fronteiriços e desenvolver ações do Centro de Educação Sustentável da América Latina (Cisal) e da Rede Universitária do Corredor Bioceânico, coordenada pela UEMS.

Assim, a UEMS enquanto coordenadora da Rede Universitária da Rota Bioceânica tem procurado meios de estimular o debate e promover o diálogo entre as diversas instituições envolvidas. É neste contexto que o curso de especialização em Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana assume relevância para refletir sobre a integração territorial na América do Sul, tanto a partir de análises acerca das perspectivas para o desenvolvimento e implementação de projetos, quanto para identificar os desafios e propor soluções práticas para os mesmos. Igualmente, este curso representa uma forma de reforçar as parcerias entre instituições interessadas em fortalecer e promover soluções as problemáticas diversas que envolvem a viabilização de projetos de integração e as possibilidades de cooperação entre países.

Como destacou o Ministro das Relações Exteriores, João Carlos Parkinson:

“é importante que o Corredor (Bioceânico Rodoviário) obrigue o estudante, o empresário e o político de Mato Grosso do Sul a pensar a região, a pensar como o Estado se relaciona com os países vizinhos e quais são as oportunidades de interação nos diversos campos. A região de fronteira precisa ser vista como extensão do nosso território, identificando nichos que vão gerar renda e investimentos”. (PARKINSON, 2016)

A Gestão Inteligente do território representa, então, um conjunto de ferramentas e métodos aplicados para a compreensão de um território em sua totalidade, através da integração de

informações provenientes de diferentes bancos de dados. Essas informações integradas servem para apoiar a tomada de decisão para o desenvolvimento territorial.

Portanto, este curso torna-se relevante na medida em que, de um lado, desenvolve estudos, relatórios, diagnósticos e levantamento de dados sobre o território e, de outro, contribui para formação especializada de técnicos da área pública e colaboradores da iniciativa privada, interessados pelo tema, e que possam contribuir tanto no plano das ideias quanto nas respostas às questões técnicas referentes ao projeto de integração territorial. Trata-se de um curso que possui compromisso direto com o desenvolvimento do estado e cuja preocupação volta-se para a formação técnica, científica ou profissional, desenvolvendo o domínio das técnicas de investigação, de maneira específica e aprofundada, conforme art. 2º da Resolução CPPG/CEPE-UEMS nº 1.624, de 24 de maio de 2016.

3.2. Objetivos do curso

Objetivo Geral

Capacitar profissionais com conhecimentos e habilidades multidisciplinares para atuarem na gestão territorial, especialmente no que confere a realização de diagnóstico, análise e elaboração de planos, bem como das novas tecnologias que contribuem para a tomada de decisões.

Objetivos Específicos

- Atender à demanda de diversos setores referente ao reconhecimento e desenvolvimento do território, com vistas à produção e difusão de projetos na dimensão da integração dos países na Rota Bioceânica.
- Possibilitar a realização de diagnósticos e análises voltados para identificação dos desafios a serem superados nos projetos de integração sul-americana e avaliar as potencialidades para promoção do desenvolvimento territorial do estado.
 - Elaborar um Relatório Técnico Consolidado (RTC) que sistematize um estudo de viabilidade do Corredor Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile.

3.3. Perfil Profissional

Os profissionais formados no curso *lato sensu* Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana terão as seguintes habilidades:

- realizar diagnósticos e desenvolver projetos de intervenção em equipes multidisciplinares para implantação de projetos de integração territorial sul-americano;
- reconhecer o território abrangido pelo projeto e desenvolver habilidade de avaliar as necessidades decorrentes da implantação de projetos, em termos de infraestrutura física (transporte, telecomunicações, energia), meio ambiente (sustentabilidade), economia (viabilidade, logística, entre outros) e sociedade (particularidades culturais) nos países platinos e no Chile;
- desenvolver soluções para implementação de projetos integradores (Rota Bioceânica), subsidiando projetos de alcance local que contribuam para promover o desenvolvimento territorial no estado de Mato Grosso do Sul.

3.4. Aspectos Metodológicos

As aulas serão teóricas, com uso de equipamentos de informática (notebook, data-show, computadores ligados à *Internet*). Do total da carga horária do curso, 20% será realizada na modalidade a distância, com uso de ferramentas virtuais, preferencialmente, pela Plataforma *Moodle*, ferramenta de aprendizagem projetada para possibilitar uma interação dos alunos com os professores e, portanto, com os conhecimentos específicos.

Tais atividades serão realizadas com o apoio de metodologias de educação à distância, com uso integrado de tecnologias de informação e comunicação, seguindo as orientações da Portaria

MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que prevê carga horária de até 20% para o seu desenvolvimento.

O uso de ferramentas virtuais para desenvolvimento das atividades à distância visam criar um ambiente de aprendizagem a partir de estudos orientados e um meio de interações e diálogos entre os cursistas e o professor. No caso da Plataforma *Moodle*, trata-se de um ambiente virtual de aprendizagem que possui várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas, conforme a dinâmica de cada disciplina.

A Plataforma *Moodle* permite a interação via *on-line*, discussão em *chats* para contato síncrono, realização de fóruns de discussão, encaminhamento de textos, realização de seminários, espaço para tirar dúvidas e interação entre alunos e professores. Além disso, haverá material digitalizado, proposição de atividades e sugestão de leituras que serão disponibilizados. Também serão utilizados *e-mails* sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento dos estudos orientados, serão devidamente detalhados nos Planos de Ensino das respectivas disciplinas e aprovados pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos alunos. Esses momentos possibilitarão experiência ampliada de participação em discussões qualificadas com estudos prévios e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas abordadas.

O modelo didático-pedagógico do curso incorpora três pilares principais pautados numa formação sólida, criativa e com foco na inovação pessoal e profissional.

O primeiro pilar corresponde a construção do conhecimento. Neste, prioriza-se o conhecimento em termos de conteúdo e temas a serem debatidos nas Unidades de Estudos. O segundo pilar abrange a aprendizagem colaborativa, numa perspectiva da metodologia ativa de aprendizagem. Esta contempla, de um lado, o uso de ferramentas e plataformas virtuais e, de outro, o trabalho colaborativo enquanto nova ideia de produção e organização do conhecimento, incluindo a identificação e análise de problemas e desafios; a capacidade de elaborar estratégias para superação dos problemas identificados, por meio de estudos, pesquisas e intervenções; e o uso das informações para ampliar as questões postas e buscar respondê-las. O terceiro pilar é o aprender fazendo, que corresponde no desenvolvimento de ações e na criação de produtos teóricos, técnicos ou de outra natureza que auxiliem na busca de solução para os problemas do campo profissional no mundo real. De tal modo, ao término de cada disciplina deverá ser apresentado um resultado prático de acordo com as possibilidades e limitações na definição da Rota bioceânica. Estas serão retomadas durante o Seminário Integrador e deverão compor o RTC que finalizará o curso.

IV- DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

4.1. Sistema de Avaliação

Partindo do pressuposto de que processo avaliativo é reflexo do processo de ensino e aprendizagem, considera-se a avaliação como uma ação processual e formativa que atinja, segundo Anastasiou (2008), as funções diagnóstica e somatória, nas quais o ensino e a avaliação devem necessariamente caminhar juntas.

Os aspectos metodológicos serão considerados na proposta de organização e funcionamento curricular do curso, bem como na avaliação dos alunos. Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito a 15 horas. Os créditos relativos a cada disciplina só serão conferidos ao aluno que obtiver frequência mínima de 75% e, no mínimo, conceito “C”.

Os alunos serão avaliados conforme estabelecido nos Planos de Ensino das Unidades, que permeiam: produções a partir de revisões bibliográficas e atividades práticas (produto) e as atividades realizadas a partir das ferramentas virtuais. A nota final será apresentada sob a forma de conceito.

de 9,0 a 10,0	A	Excelente
de 8,0 a 8,9	B	Bom
de 7,0 a 7,9	C	Regular
de 0 a 6,9	D	Insuficiente

O aluno que obter nota entre 0,0 e 6,9 ‘conceito D’ (insuficiente) será considerado reprovado. O aluno considerado reprovado em uma disciplina do curso, ficará impedido de apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso e, conseqüentemente, de receber o certificado final de conclusão do curso.

4.2. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso será apresentado na forma de Relatório Técnico Consolidado - RTC, que consiste em uma atividade de pesquisa, tendo em vista o perfil do profissional concluinte do curso. Deverá constar a integralização dos resultados práticos obtidos ao término de disciplina, desenvolvido pelos alunos, por meio de atividades de pesquisa ou desenvolvimento de estudos de caso, análise de políticas, legislações ou projetos de integração territorial.

O RTC constitui um trabalho síntese das atividades realizadas durante o curso, que deve necessariamente envolver teoricamente as múltiplas reflexões desenvolvidas nas disciplinas em relação com a prática/vivência, seja enquanto prática profissional já exercida, seja enquanto prática realizada como ensino e pesquisa.

O RTC não deve meramente se restringir a uma simples descrição de atividades executadas durante o curso, mas uma ação concebida como síntese da experiência e dos conhecimentos obtidos durante a realização do Curso de Especialização. O produto final apresentado pelos alunos subsidiará a produção de um material síntese (dossiê), o qual trará as principais contribuições do curso com o projeto de integração da Rota Bioceânica.

4.3. Outros Procedimentos Acadêmicos

Segundo Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* constam do Regulamento do Curso, também, os seguintes Procedimentos Acadêmicos: inscrição, seleção e matrícula, trancamento de matrícula, aluno especial, aproveitamento de estudos, reoferta de disciplinas, desligamento, atividades complementares.

V- DA GESTÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA E ATRIBUIÇÕES

5.1. Coordenador e colegiado do curso

O Coordenador do Curso será um professor do curso de Geografia, do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito pelos seus pares, com mandato vigente pelo período de oferta e conclusão do curso.

O Colegiado do Curso será constituído pelos docentes e por um representante discente. Todos deverão ser eleitos pelos seus pares durante o período de oferta do curso.

5.2. Corpo Docente

O corpo docente do Curso será composto por professores da UEMS e professores convidados de outras instituições, de acordo com as especificidades das disciplinas, fortalecendo parcerias. Segundo Regimento Interno dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da UEMS, o mínimo 50% (cinquenta por cento) de professores efetivos da UEMS, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do curso.

O corpo docente será composto de professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), de acordo com as exigências das disciplinas. Também poderá contar com professores de instituições parceiras, em especial, da Poli-USP.

VI - DA ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, ACERVO BIOGRÁFICO

6.1. Salas de Aula

As aulas serão realizadas na Unidade Universitária de Campo Grande. O Curso de Geografia possui quatro salas de aulas no Bloco 7 da Unidade Universitária de Campo Grande – UEMS. Uma das salas tem lugares para 80 pessoas e as outras três tem lugares para 50 pessoas. O Curso de Geografia dispõe de laboratórios, são eles: Laboratório de Ensino de Geografia (LEG), Laboratório de Estudos Territoriais (LAET) e Laboratório de Geoprocessamento (LAGEO), com regulamentos próprios, subsidiando ações de ensino, pesquisa e extensão.

6.2. Equipamentos

Para realização das aulas será necessário aos professores o uso de notebook e data-show. Também será necessário uso do laboratório de informática para uso dos alunos no desenvolver de atividades práticas, o qual pode ser atendido pelo Laboratório de Geoprocessamento (LAGEO) do curso de Geografia da UEMS de Campo Grande.

6.3. Biblioteca

A biblioteca da Unidade Universitária de Campo Grande conta com significativo acervo bibliográfico. Ademais, os alunos podem adquirir material do acervo de outras unidades universitárias a partir de sua rede virtual, que pode ser consultada no endereço eletrônico: <http://www.uems.br/portal/biblioteca.php>. A *home page* da biblioteca universitária oferece uma série de opções para pesquisa, como *links* de bibliotecas virtuais, bibliotecas digitais de monografias, bases de dados especializadas e portal CAPES. O empréstimo de livros na UEMS é regido pelo Regulamento das Bibliotecas/UEMS, conforme a Resolução CEPE-UEMS N° 1.784, de 24 de outubro de 2016.

Os alunos também terão acesso Centro de Estudo de Fronteira General Padilha, sob gestão dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Fronteira, Território e Turismo (GEFRONTTER), da UEMS, e do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF), da UFMS. Este local possui um acervo bibliográfico que pode contribuir com o curso de especialização, incluindo títulos voltados para política, economia e território.

6.4. Laboratórios

Os cursos de Geografia – bacharelado e licenciatura – conta com o Laboratório de Ensino de Geografia (LEG), Laboratório de Estudos Territoriais (LAET) e Laboratório de Geoprocessamento (LAGEO), os quais ficam a disposição do curso de especialização. Destes vale destacar o LAGEO, que possui computadores que podem ser utilizados pelos alunos em aula.

6.5. Grupo de Estudos em Fronteira, Território e Turismo (GEFRONTTER)

O GEFRONTTER apresenta estrutura física composta por uma sala de reuniões na Unidade Universitária de Campo Grande e, atualmente, também possui uma extensão no Centro de Estudo de Fronteira General Padilha, localizado na Rua Hermenegildo Pereira, nº 206, Bairro Bandeirantes, em Campo Grande. É composto por nove pesquisadores engajados em pesquisas que envolvem as questões fronteiriças no estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, o tema desta especialização está diretamente relacionado ao grupo e seus membros. A coordenação das atividades é realizada pelo Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão.

VII - MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

O curso terá a carga horária total de 360 (trezentas e sessenta) horas e será dividido em três módulos. Cada módulo será composto por um conjunto de disciplinas que atenderão a aspectos específicos referentes à: noções básicas sobre a Rota bioceânica; fundamentos gerais relacionados à logística e transporte; e, reflexões e questões referentes a viabilidade da Rota bioceânica. Será atribuída uma nota final para cada disciplina cursada, não havendo nota específica por módulo. As unidades de estudo do módulo III terão dois professores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades.

A estrutura do curso foi pensada a partir dos pilares do processo de ensino-aprendizagem. Ante as problemáticas que envolvem o tema central do curso de especialização, foram pensadas as disciplinas, as quais se unificam no término do curso, pelo Seminário Integrador e elaboração do RTC.

MÓDULO I – Básico

DISCIPLINAS	C.H. TEÓRICA	C.H. DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Aspectos Geoambientais e socioeconômicos da América Platina e Chile	24	6	30
Elaboração de Diagnóstico Social e Econômico – <i>Baseline</i>	24	6	30
Elaboração de Diagnóstico Ambiental e Institucional – <i>Baseline</i>	24	6	30
Direito Aduaneiro e as Relações Territoriais Internacionais	24	6	30
TOTAL			120

MÓDULO III – II- Transportes e Logística

DISCIPLINAS	C.H. TEÓRICA	C.H. DISTÂNCIA	C.H. DISTÂNCIA
Fundamentos de Sistemas de Transporte Inteligentes - ITS	24	6	30
Tecnologias aplicadas ao Transporte	24	6	30
Conceitualização de Observatório de Dados, Integração e Interoperabilidade	24	6	30
TOTAL			90

MÓDULO III – Rota Bioceânica

DISCIPLINAS	C.H. TEÓRICA	C.H. DISTÂNCIA	C.H. DISTÂNCIA
Trabalho de Campo Integrado: Dinâmica Territorial	48	12	60
Projeto da Rota Bioceânica I	24	6	30
Projeto da Rota Bioceânica II	24	6	30
Seminário Integrador	24	6	30
TOTAL			150
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			360

Conteúdo curricular	Carga horária
Disciplina	360
Trabalho de Conclusão de Curso	136
Carga horária total do curso	496

VIII - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

8.1 – Aspectos Geoambientais e socioeconômicos da América Platina e Chile – carga horária: 30 h

Ementa:

Reconhecimento da área de estudo. As características naturais da América Platina e Chile. As diferenças culturais entre os países. Caracterização econômica. As unidades territoriais por onde passa a Rota Bioceânica no Brasil, Paraguai e Chile.

Objetivos:

- Conhecer o território a ser trabalhado no curso.
- Compreender os aspectos físicos da América Platina e do Chile;
- Compreender a dinâmica territorial e os processos econômicos nos países envolvidos;

Bibliografia Básica

LEMOS, A. I. G. de. **América Latina** – Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LEMOS, A. I. L.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: USP/CLACSO, 2006.

PRAXEDES, W.; PILETTI, N. **O Mercosul e a sociedade Global**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1995.

ZIMMERMAN, M. **Fronteras latinoamericanas y las ciudades globalizadas en el nuevo (des)orden mundial**. Universitas Humanística, núm. 56, junio, 2003, pp. 29-51 Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia.

Bibliografia Complementar

GARRETÓN, M. A.; et. al. **América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

GORELIK, A. **A Produção da Cidade Latino-Americana**. In: Tempo social – Revista de Sociologia da USP. São Paulo: [s.n.], 17, n. 1, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005. Acesso em: 14 de junho de 2017.

8.2 - Elaboração de Diagnóstico Social e Econômico – *Baseline* – carga horária: 30h

Ementa:

Estudo das dimensões social e econômica na área atingida pela Rota Bioceânica. Indicadores econômicos e sociais. Extração e análise de informações de fontes de dados secundários. Modelos e modelagem de dados. Análise e interpretação de dados. O uso de indicadores sociais e econômicos na análise do desenvolvimento e da desigualdade social.

Objetivos:

- Propiciar aos alunos conhecimentos sobre as ferramentas de coleta de dados socioeconômicos;
- Identificar dados e informações acerca da dinâmica socioeconômica, aspectos territoriais e suas inter-relações na área da Rota;
- Compreender a importância dos instrumentos de coleta, armazenamento e análise de dados e informações sociais e econômicos na definição de projetos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o desenvolvimento sustentável ILAC: indicadores de acompanhamento**. Brasília: UNESCO, PNUMA, 2008. Disponível em: <
http://www.mma.gov.br/estruturas/173/_publicacao/173_publicacao24062009042213.pdf>
Acesso em: 23 de set. 2016.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa, 2015.

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M.. Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais*, Salvador 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília*, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr-jun. 2005.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

8.3 - Elaboração de Diagnóstico Ambiental e Institucional – *Baseline* – carga horária: 30 h

Ementa:

Estudo das dimensões ambiental e institucional na área atingida pela Rota Bioceânica. Definição de indicadores ambientais. Definição de indicadores institucionais. Coleta de dados e informações em fontes secundárias. Modelos e modelagem de dados. Análise e interpretação de dados.

Objetivos:

- Desenvolver a capacidade no aluno de realizar pesquisa em fontes secundárias;
- Identificar dados e informações de natureza ambiental e institucional na área da Rota;
- Compreender a importância dos instrumentos de coleta, armazenamento e análise de dados e informações na definição de projetos.

Bibliografia Básica:

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**. Uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CSD. Commission on Sustainable Development. **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies**. 310 p., 2001.

MATUS, C. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP-IGCE; Programa de pós-graduação em Geografia, 2011.

QUIROGA, R. **Estadísticas del medio ambiente en América Latina y el Caribe: avances y perspectivas**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. 139p. Disponível em: <
http://economiadeldesarrollo.weebly.com/uploads/6/3/2/4/6324562/medio_ambiente_en_amrica_latina.pdf> . Acesso em: 23 de set. 2016.

Bibliografia Complementar:

BURROUGH, P. A.; McDONNELL, R. **Principles of geographical information systems**. New York: Oxford University Press, 1998.

GILBERT, M. J. **Sistema de gerenciamento ambiental**. São Paulo: IMAM, 1995.

VEIGA, J. E. Indicadores de Sustentabilidade. **Estudos Avançados**. V.24. N.68. São Paulo, 2010.

VEIGA, J. E. da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.29, n.4 (116), p.421-35, out./dez. 2009.

8.4. - Direito Aduaneiro e as Relações Territoriais Internacionais – carga horária: 30 h

Ementa:

Abrangência, objetivos e finalidades das Relações Públicas Internacionais na América Platina e Chile. Território Aduaneiro. Legislação aduaneira comparada entre países da América Platina e Chile. Trânsito Aduaneiro. Alfandegamento e administração aduaneira. Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação. Tributação no Comércio Exterior.

Objetivo:

- Refletir sobre a complexidade de relações territoriais internacionais;
- Estudar o papel das relações internacionais no contexto geográfico da América Platina e Chile;
- Introduzir questões das relações internacionais relacionadas às questões comerciais, aduaneiras, transportes e legislação;
- Capacitar o aluno a compreender a legislação aduaneira, com vistas a dinâmica territorial na América Platina e Chile;

Bibliografia Básica:

ARQUIMINO DE CARVALHO, L. **Introdução ao estudo das relações internacionais**. Porto Alegre: Síntese, 2003.

BÖHLKE, M. **Integração regional e autonomia do seu ordenamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2003.

CARLUCCI, J. L. **Uma Introdução ao Sistema Aduaneiro**. São Paulo: Aduaneiras, 1995.

KEEDI, S. **ABC do Comércio Exterior**. 3ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REGULAMENTO ADUANEIRO. **Lei 91.030/85**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ROCHA, P. C. A. **Logística e Aduana**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

SOSA, R. B. **Temas Aduaneiros**. Estudos sobre Problemas Aduaneiros Contemporâneos. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

Bibliografia Complementar:

CIGNACCO, B. R. **Fundamentos de Comércio Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FLEURY, Alfonso; FLEURY, Maria Tereza L (coord.) **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, O. M. **Relações internacionais & globalização: grandes desafios**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1998.

ROCHA, P. C. A. **Valoração Aduaneira no Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

8.5– Fundamentos de Sistemas de Transporte Inteligentes - ITS – carga horária: 30 h

Ementa:

Sistemas Inteligentes de Transporte. Arquitetura de ITS, Sistemas de Informações ao Usuário de Transporte. Sistemas de Automação aplicados à Gestão do Trânsito. Sistemas de Automação aplicados à Gestão do Transporte. Meios Eletrônicos de Pagamentos. Operação de Veículos Comerciais e Serviços de Emergência. Os conceitos de dado, informação, sistema, por meio de uma visão integrada dos SIT no planejamento, gestão, implantação, operação e gerenciamento dos transportes.

Objetivo:

- Prover aos alunos conhecimentos sobre conceitos e aplicação de tecnologias em ITS (Intelligent Transport Systems).
- Refletir sobre possibilidades de otimizar o sistema de transporte no Corredor Bioceânico através dos Sistemas Inteligentes de Transporte.

Bibliografia Básica:

BOWERSOX, D.J. **Logística empresarial**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

MARTE, C. L. **Sistemas Computacionais Distribuídos aplicados em Automação dos Transportes**. São Paulo, 2000, 249 p. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Depto. de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da USP. São Paulo, 2000.

PARRUPATO, M. **Política de Transportes no Brasil: Plano Nacional de Logística & Transportes**. TranspoQuip Latin America. São Paulo, 2008.

WILBURSMITHS Associates. **Arquitetura Nacional ITS de México**. 1ª. Jornada ITS México. Cidade do México, 2008.

Bibliografia Complementar:

DENIS, Y.; JANIN, J.F. Interoperability of Transport Systems in France: Last Evolutions and Applications of Actif and Mutual Enrichment of National and European Framework Architectures for ITS. **6th. European Congress and Exhibition on ITSS (Intelligent Transport Systems and Services)**. Aalborg, DenMark, 2007.

GENTIL, P. R. A.; KAYANO, N. T.; FONSECA, W. da C. A Aplicação da Telemática como Ferramenta de Redução e Prevenção de Acidentes em Frotas de Veículos Comerciais. **XV Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva – SIMEA 07**. São Paulo, 2007.

HUISKEN, G.; GOEDVOLK, H. Towards Traffic Management Centres of the Future. **6th. European Congress and Exhibition on ITSS (Intelligent Transport Systems and Services)**. Aalborg, DenMark, 2007.

MOREIRA, R. Registro Eletrônico de Veículos (EVR): Bermudas. **III Simpósio Internacional em Soluções de RFID**. São Paulo, 2008.

SILVA, O. M. da. Sistema Nacional de Identificação de Veículos (SINIAV) – Aspectos Institucionais. **5º Congresso Brasileiro de Rodovias e Concessões – CBR&C 2007 / BRASVIAS 2007**. Campinas.

8.6– Tecnologias aplicadas ao Transporte – carga horária: 30 h

Ementa:

Fluxos de veículos e seu controle. Capacidade e nível de serviço em rodovias. Veículos e suas características. Tecnologias aplicadas à gestão do trânsito e transporte. A organização dos sistemas de transporte. Regulamentação. Tecnologias ligadas a logística reversa. O centro de controle operacional (CCO).

Objetivo:

- Conhecer as diferentes Tecnologias de Transportes e seus avanços.
- Identificar as tecnologias aplicadas ao transporte que podem facilitar o transporte rodoviário no Corredor Rodoviário Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile.

Bibliografia Básica:

GRIFFITHS, J D. **Mathematics In Transport Planning And Control**. Pergamon, 2005.

SETTI, J .R. e WIDMER, J. A. **Tecnologia de Transportes**. EESC/USP, 2000.

SETTI, J .R. **Tecnologia de Transportes**.EESC/USP, 2009.

Bibliografia Complementar:

HOEL, L G; GARBER N J A. **Highway & Traffic Engineering**. Cengage Learning International, 2009.

PORTUGAL, L S. **Simulação de Trafego Conceito e Técnicas de Modelagem**. Interciencia, 2005.

8.7– Conceitualização de Observatório de Dados, Integração e Interoperabilidade – carga horária: 30 h

Ementa:

Estrutura de dados. Aquisição de dados. Gerenciamento de dados. Análise de dados. Fundamentos e técnicas de análise espacial. Integração e interoperabilidade de dados ligados a gestão de transporte.

Objetivos:

- Propiciar um conhecimento básico das potencialidades dos Sistemas de Informações Geográficas na solução de problemas de transportes.

Bibliografia Básica

SILVA, A.N.R., EMLO, J.J.O., BRONDINO, N.C.M. **Uma introdução ao planejamento de transportes com sistemas de informação geográfica**. São Carlos, EESC, 1997.

SILVA, A.N.R. (org.) (1999) **Ferramentas específicas de um Sistema de Informações Geográficas para transportes**. São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

THOMÉ, R. **Interoperabilidade em geoprocessamento**: Conversão entre modelos conceituais de sistemas de informação geográfica e comparação com o padrão OpenGIS. 1998. 196 f. (INPE-7266-TDI/708). Dissertação (Mestrado em Computação Aplicada) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1998. Disponível em: <

<http://marte3.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/deise/2000/02.21.09.46/doc/publicacao.pdf> >. Acesso em 15 jun. 2017.

Bibliografia Complementar

WACHE, H.; VÖGELE, T.; VISSER, U.; STUCKENSCHMIDT, H.; SCHUSTER, G.; NEUMANN, H.; HÜBNER, S. **Ontology-Based Integration of Information – A Survey of Existing Approaches**. In: **IJCAI-01 Workshop: Ontologies and Information Sharing**. Seattle, WA, USA, 2001. p. 108 -117.

8.8– Trabalho de Campo Integrado: Dinâmica Territorial – carga horária: 60 h

Ementa:

Elaboração de atividade de campo no percurso da Rota Bioceânica para reconhecimento da área do projeto no território sul-matogrossense. Estudo empírico dos aspectos referentes as dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais, bem como a base normativa, durante o trabalho de campo. O registro da prática de campo e da paisagem para subsidiar a construção das análises e proposições. A tabulação das informações e análise dos resultados. Reconhecimento das potencialidades locais que podem propiciar diferentes formas de desenvolvimento territorial.

Objetivos:

- Compreender a dinâmica territorial na área da Rota bioceânica no estado de Mato Grosso do Sul;
- Utilizar suas habilidades na aplicação de técnicas próprias da pesquisa *in loco*, relacionando com as análises que foram efetuadas nas disciplinas anteriores;
- Acompanhar a realização do trabalho de campo observando, anotando, analisando e escrevendo sobre o tema;
- Identificar e analisar os elementos, formas, estruturas e processos de ordem econômica, social, política, institucional, cultural e ambiental mais significativos que possam tanto contribuir com o projeto da Rota, quanto representar limitações.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, A. C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

CORRÊA, R. L. **Trabalho de campo e globalização**. O discurso Geográfico na aurora do século XXI. Florianópolis: UFSC, p.1-7, nov. 1996.

DEL GROSSI, S. R. Trabalho de campo em Geociências: sugestão de um modelo de roteiro. Uberlândia, EDUFU. **Sociedade & Natureza**, ano 4 (7 e 8) jan./dez, 1992.

LEMOS, A. I. L.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: USP/CLACSO, 2006.

PIRES DO RIO, G. A. Trabalho de Campo na (Re) construção da Pesquisa Geográfica: reflexões sobre um tradicional instrumento de investigação. In: **GEOgraphia**, v.13, n.25, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, V. E. L. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **Geousp**. São Paulo: SP, n.2, p.85-89, 1997.

GARRETÓN, M. A.; et. al. **América Latina no século XXI**: em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Teoria e Método. São Paulo, Seleção de textos AGB, n.11, pp. 1-23, 1985

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2006.

8.9 - Projeto da Rota Bioceânica I – carga horária: 30 h

Ementa:

Mapeamento e descrição da Rota. Inter-relação entre as dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais, bem como a base normativa com o trabalho de campo realizado. Diferenças naturais, culturais e de desenvolvimento no Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile. Identificação dos principais problemas na implementação da Rota. Identificação das potencialidades e possibilidade

da viabilização da Rota como meio de desenvolvimento territorial.

Objetivo:

- Propiciar o desenvolvimento da capacidade de problematização, abstração e produção do conhecimento acerca da Rota Bioceânica;
- Identificar temas e problemas estruturantes de relevância social, econômico e ambiental que dificultam os processos de concepção, execução e avaliação de projetos de integração territorial;
- Identificar os desafios existentes para implementação de projetos de integração, considerando o cenário diplomático e a defesa da soberania nacional dos países envolvidos na Rota Bioceânica;
- Conceber o projeto do Corredor Bioceânico a partir de diferentes níveis: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, infraestrutura integrada e união econômica.

Bibliografia Básica:

GRIEN, R. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: FCE, 1994

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS-FAPA, 1999.

MELLO, V. de C. **Globalização e ordem internacional**. A perspectiva crítica da economia política internacional. Texto para Discussão, n. 14, Rio de Janeiro: IUCAM, 1999.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VENTURI, L. **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERRARI, M. A. **A prática das Relações Públicas internacionais na sociedade contemporânea**. Anuário da UNESCO/Methodista. Programa de Pós-graduação, Universidade Metodista de São Paulo, ano 6, no.12, 2009.

PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

8.10 – Projeto da Rota Bioceânica II– Carga horária: 30 h
--

Ementa:

O Corredor Bioceânico e a integração regional. Planejamento territorial. O papel dos cenários para a planificação estratégica do desenvolvimento territorial e para a gestão governamental. Procedimentos para apresentação e confronto de cenários. Proposições e viabilidade da implantação do Corredor Rodoviário Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile.

Objetivos:

- Refletir sobre possíveis cenários de integração que envolve infraestruturas;
- Desenvolver a capacidade do aluno em formular cenários tendenciais e alternativos voltados para a projetos, utilizando instrumentos de planejamento;
- Privilegiar a formulação de hipóteses, a construção, sistematização, generalização do conhecimento e a intervenção na realidade;
- Vivenciar os processos de concepção, execução e avaliação de projetos coletivos, problematizando o desenvolvimento local e a construção de indicadores de avaliação.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, A. C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica**: da antecipação à ação. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1993.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. S. **Cenários prospectivos**. Como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PARTIDÁRIO, M. R. **Guia para a avaliação estratégica de impactos em ordenamento do território**. Lisboa: DGOTDU, 2004.

SHWARTZ, P. **Cenários: as surpresas inevitáveis**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. (vol. 1). Brasília: MP, 2008.

GOMES, E. B.; REIS, T. H. **Globalização e o Comércio Internacional no Direito da Integração**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2005.

GRIEN, R. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: FCE, 1994

8.11 – Seminário Integrador – Carga horária: 30 h

O Seminário Integrador é um componente curricular importante para o Curso de Especialização. O Seminário Integrador tem como objetivo a articulação e integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas, mobilizando saberes construídos no curso e na trajetória profissional dos alunos.

A sistematização do conhecimento e reflexões adquiridos é uma etapa importante na finalização do curso, representando um momento de correlacionar a teoria e prática de cada disciplina na perspectiva de conhecer, compreender e identificar processos e dinâmicas territoriais.

É sobre esta perspectiva que a matriz curricular do curso foi pensada, na qual ao término das disciplinas, ocorrerá o Seminário que corresponde no desenvolvimento de ações e na criação de produtos teóricos, técnicos ou de outra natureza que auxiliem na busca de solução para os problemas do campo da integração sul-americana, em especial do Corredor Bioceânico Porto Murtinho - Portos do Norte do Chile. O resultado disto irá compor o RTC.

ANEXO I – CORPO DOCENTE

Neste curso de Pós-Graduação trabalharão professores efetivos da UEMS e professores convidados de outras instituições e/ou órgãos públicos.

Corpo docente efetivo do Curso de Geografia – UEMS:

Nome	Regime de trabalho	Área do conhecimento
Prof. Dr. Airton Aredes	40 + TIDE	Geografia
Profa. Dra. Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa	40 + TIDE	Geografia
Profa. Dra. Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli	40 + TIDE	Geografia
Prof. Dr. Orlando Moreira Junior	40 + TIDE	Geografia
Prof. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva	40 + TIDE	Geografia
Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão	40 + TIDE	Geografia
Prof. Dr. Walter Guedes da Silva	40 + TIDE	Geografia

ANEXO II - PLANO DE APLICAÇÃO

CURSO: Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Inteligência Territorial e Integração Sul-Americana

VALOR TOTAL DO RECURSO: R\$173.212,00

N	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	Pagamento de Bolsa		R\$ 95.400,00
2	Diárias	R\$ 70,00	R\$ 420,00
3	Passagens Aérea	R\$ 600,00	R\$ 3.600,00
4	Passagens Terrestre		
5	Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
6	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 40.000
7	Aquisição – Material de Consumo		R\$ 28.792,00
8	Aquisição – Material de Expediente		R\$ 5.000,00
	VALOR TOTAL		R\$173.212,00